

# COMISSÃO ANTICORRUPÇÃO

## Militares vão comandar investigação no Executivo

O presidente Itamar Franco nomeará, esta semana, os cinco membros da comissão de combate à corrupção no Poder Executivo, presidida pelo ministro da Administração Federal, Romildo Canhim. Integrada por dois juristas de notório saber, um ex-parlamentar e um membro do Comitê pela Ética na Política, a comissão trará como principal novidade o engajamento definitivo das Forças Armadas no guerra contra a corrupção. Além da Presidência, entregue a Canhim, caberá aos militares a secretaria-executiva, o segundo posto mais importante, que será ocupada por um general da reserva. O nome do secretário-executivo está sendo analisado em conjunto pelo presidente da República, Canhim, e os ministros militares.

O ponto alto dos trabalhos da comissão será uma devassa nacional sobre as obras realizadas com recursos federais, a cargo dos Batalhões de Engenharia do Exército. Com início das atividades previsto para a primeira quinzena de janeiro, a comissão terá como ponto de partida o relatório final



Arquivo/AE

Canhim: devassa.

da CPI do Orçamento, que indicará, segundo Canhim, as pontas da corrupção a serem investigadas no âmbito do Executivo. O núcleo de comando da comissão será instalado no Palácio do Planalto e a base na Secretaria de Administração.

Com poderes para cancelar contratos fraudulentos, demitir servidores corruptos e mover processo criminal para ressarcimento de danos ao erário público, a comissão se propõe a realizar, conforme Canhim, uma “operação mãos limpas” à brasileira. O objetivo, segundo o ministro, é fechar os diversos “guichês da corrupção”, pelo qual escoam os recursos públicos, notadamente no que se refere às obras executadas por construtoras e empreiteiras. Mesmo antes do início formal dos trabalhos, a comissão já está recebendo dezenas de denúncias de todo o País. Dados parciais da CPI do Orçamento indicam que o Brasil perde por ano o equivalente a 20% do PIB — cerca de US\$ 80 bilhões — pelos caminhos da corrupção e da malversação de recursos públicos.